

CONSENSO E IMPEACHMENT

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 30/07/92

O consenso da sociedade já está formado, agora falta o consenso dos políticos e teremos a renúncia ou o impeachment do presidente Fernando Collor. Uma questão de tão alta gravidade como a substituição do presidente da República, na prática, só pode ser decidida através de alguma forma de consenso, do qual se desviarão apenas os cidadãos marginais. A Constituição, ao exigir dois-terços dos votos da Câmara dos Deputados para que esta acolha a denúncia que a Comissão Parlamentar de Inquérito deverá fazer do Presidente, não faz referência a consenso. Entretanto, no plano político sabemos que é mais fácil decidir questões por unanimidade do que por dois-terços. O presidente não será afastado porque se logram a muito custo dois-terços dos votos da Câmara, mas porque se formou um razoável consenso de que ele deixou de ter condições mínimas de governar o país.

Um consenso dessa natureza se forma primeiro ao nível da sociedade e depois do parlamento que, em princípio, reflete a sociedade. Quando teve início a crise, com as revelações do irmão Pedro Collor, a reação da sociedade foi fria. Os empresários, em particular, reagiram de maneira negativa. Embora não estivessem satisfeitos com o presidente, em vista do fracasso dos dois congelamentos, e duvidassem da nova política de estabilização que provoca recessão mas não controla a inflação, apóiam a política de modernização - liberalização comercial e privatização - que Collor adota desde o início de seu governo. Por outro lado, as acusações de corrupção envolvendo a equipe inicial de Collor pareciam superadas pela demissão de seus mais notórios representantes e a formação de um ministério de melhor nível e muito mais afinado com os empresários. Por isso, enquanto os outros setores das elites, particularmente os jornalistas, os intelectuais e a classe média profissional se indignavam, os empresários preferiam adotar uma atitude cética quanto a possibilidade de cassar o mandato do presidente. Desde o começo, mesmo antes das revelações do motorista da casa da Dinda, ninguém duvidava quanto a veracidade das acusações envolvendo Collor e P.C. Farias, mas uma parte importante da elite brasileira, ao invés de se engajar na luta pela moralização, preferia abrigar-se atrás de previsões pessimistas quanto a possibilidade de punição. O pressuposto de impunidade, que arrogantemente orientou as ações criminosas, orientava também a opinião dos empresários. E dessa forma, esse

tipo de profecia desmoralizadora ameaçava transformar-se em uma profecia auto-confirmatória.

Diante das acusações a estratégia do Planalto foi a de negar tudo, apresentando na televisão uma versão que os fatos no dia seguinte desmentiram, foi a usar como álibi um empréstimo no exterior e como responsável pelos depósitos na conta de sua secretária um doleiro, foi a de se afirmar moderno e insinuar que o vice-presidente Itamar Franco é retrógrado, foi a de procurar envolver o maior número de pessoas no caso, inclusive grandes empresários que haviam se limitado a financiar a campanha eleitoral do presidente. A sugestão era simples: se todos têm telhado de vidro, ou, pior, se todos são corruptos, por que preocupar-se com a corrupção?

Acontece que nem todos são corruptos no Brasil. Muito pelo contrário, apenas uma minoria o é. Por isso a indignação crescia a medida em que as investigações prosseguiam. A força dos fatos começou a se impor. A imprensa - particularmente Veja, Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, e IstoÉ - revelou uma capacidade de investigação e uma coragem em afirmar os fatos extraordinários. A Comissão Parlamentar de Inquérito, por sua vez, vem agindo com grande sobriedade e firmeza. Não avançou conclusões, mas também não se deixou amedrontar por ameaças.

Nesse processo, um consenso começou a ser formado. O consenso de que Collor não tinha mais a menor condição de continuar governando o país. Não apenas porque perdera apoio na sociedade, não apenas porque ele próprio se desmoralizara ao se envolver em ações que, no ver de todos, atentavam contra a probidade da administração, mas também porque começou a se formar a convicção de que a sua manutenção na presidência comprometeria toda sociedade. Não desmoralizaria apenas a CPI, caso não o indiciasse, e a Câmara, caso não autorizasse seu julgamento pelo Senado, mas todas as instituições brasileiras. Todos seríamos coniventes, cúmplices.

Esse sentimento se tornou tão forte em todos níveis da sociedade que o consenso hoje está praticamente formado quanto a necessidade de se afastar o atual presidente. O ceticismo ainda existe, mas hoje é principalmente do povo, que se sente sem poder. Esse povo, que elegeu Collor, perdeu a confiança que nele depositava. Os empresários, que duvidavam para serem cautelosos, abandonaram quase totalmente essa posição, tomados pela indignação.

Resolvida a necessidade do afastamento, começou-se a discutir qual será a melhor solução para ele. A renúncia foi inicialmente a preferida. Em um determinado momento, quando se imaginou que Collor poderia ir à televisão anunciar sua renúncia, um dos maiores especialistas do mercado de ações do país declarou: "se ele houvesse renunciado a bolsa teria subido 25 por cento em um dia". Quando ficou claro que Collor dificilmente renunciaria, o impeachment passou a ser considerado seriamente. A alternativa do parlamentarismo antecipado, embora mais fácil, foi logo descartada. Venceu a Constituição. Verificou-se que o impeachment não necessitará

ser tão demorado. Se houver consenso entre os políticos, como está havendo ao nível da sociedade, poderá ser um processo muito rápido. E a imagem do vice-presidente, inicialmente vista de forma muito negativa, melhorou. Sua discricão e a habilidade que está demonstrando no episódio confirmaram que é um político experiente, que, no poder, não terá dificuldade de formar um governo de coalizão nacional e de continuar as reformas modernizadoras de que o país tanto necessita.

Se o consenso ao nível da sociedade já está praticamente formado, agora resta esperar que a CPI cumpra seu papel, e que, em seguida, a Câmara dos Deputados avance rapidamente na direção do impeachment. Está claro que esse será um processo antes político do que judicial. Não obstante, as provas do envolvimento do presidente já parecem mais do que suficientes para a votação do impeachment. Uma vez aceita pela Câmara a denúncia, o Presidente será suspenso de suas funções, o vice-presidente assumirá, e o Senado terá seis meses para realizar o julgamento.

Todos esses fatos estão ocorrendo em um clima de grande tranqüilidade. A economia continua em crise, mas não pior do que aquela que havia anteriormente. Ninguém fala em golpe. Os militares realizam seus deveres. Os ministros não diretamente políticos continuam seu trabalho, permitindo que a administração pública funcione normalmente.

O Brasil está atravessando de forma positiva todo esse processo. Os últimos doze anos, desde 1979, têm sido terríveis para o Brasil. Têm sido anos de estagnação econômica e de crise política. Esta foi primeiro a crise do regime autoritário, depois a crise do regime democrático. Collor levou ao paroxismo essa crise. Transformou-a em uma crise moral. A sociedade sente e anseia, entretanto, que através de sua superação positiva a nação poderá purgar-se moralmente, reafirmando seus valores humanísticos e democráticos básicos.